

TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

M.P. Aulicino

RESUMO

Este artigo tem como objetivo demonstrar que o turismo pode ser fator de desenvolvimento regional. Para isto foram resgatadas colocações pertinentes à problemática regional e tomados conceitos relativos a bens e produtos característicos do turismo, segundo parâmetros da Organização Mundial do Turismo – OMT, como a presença de meios de hospedagem, entre os quais se inclui as residências secundárias. Para verificação da hipótese, selecionou-se dois conjuntos de municípios do Estado de São Paulo diferenciados pela presença ou não da atividade turística. Os municípios foram então avaliados a partir da Técnica do Quociente Locacional da Teoria da Base Econômica Regional, que mede a relação de empregos básicos (que atendem não residentes e estimulam a geração de outros empregos) em setores da economia local em comparação com uma unidade espacial maior como o estado. No caso dos municípios, aplicou-se o Quociente Locacional nos dados de empregos gerados em hotéis, demonstrando-se a partir daí que o turismo pode se constituir em fator de desenvolvimento regional, a partir dos parâmetros estabelecidos..

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste texto é mostrar a possibilidade da atividade turística constituir-se em fator de desenvolvimento regional, como uma atividade econômica básica ou exportadora a estimular atividades econômicas não-básicas, numa associação já referida ou constatada por outros autores, como Christaller (1963), Perrin (1974) ou Rochefort (1998) oferecendo assim, subsídios para o planejamento regional.

Ele foi elaborado a partir da tese de doutorado apresentada à Área de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo com o título: Turismo e desenvolvimento regional. Um ensaio de operacionalização no Estado de São Paulo (AULICINO, 2004).

Numa breve abordagem teórica do conceito de região, discutiu-se sua atualidade em tempos de globalização, as peculiaridades de sua aplicação no caso do Brasil e as possibilidades da organização regional como estratégia de desenvolvimento a partir do fenômeno turístico.

Tomando colocações da Organização Mundial do Turismo – OMT (1999), sobre bens e serviços específicos da atividade turística, o texto apresenta uma pesquisa realizada com dados de municípios do Estado de São Paulo, em que fica demonstrada a qualificação do turismo como atividade básica de uma economia regional e a conseqüentemente estimular outras atividades econômicas; ou seja, fica demonstrado que o turismo é fator de desenvolvimento regional, inclusive porque estimula variáveis tanto do lado da oferta como da demanda.

2 REFERENCIAL TEORICO

Os principais conceitos usados dizem respeito de início aos bens e serviços específicos da atividade turística, que segundo a OMT (1999: 39-40) são divididos em:

- *Característicos* - porque praticamente deixariam de existir se não fosse pelo turismo, viabilizam estatísticas e dizem respeito aos serviços de alojamento, alimentação, agências e operadoras, guias turísticos, serviços culturais e recreativos.
- *Conexos* – são encontrados com frequência, mas tem uma importância menor e não são sistematicamente comparáveis, como por exemplo os serviços de táxi, usados pela população em geral, e não só pelos turistas.

Na questão do desenvolvimento, a escolha foi pelo conceito referido à transformação das estruturas induzindo acréscimo de variáveis econômicas (PERRIN,1974:13, nota de rodapé), já os parâmetros embutidos no conceito de região, foram absorvidos a partir de diferentes autores, entre os quais destacam-se, além do próprio Perrin (1974), Kayser (1968), Frémont (1980), Boudeville (1972) Coraggio (1980) e que podem ser assim resumidos:

- A expressão organização regional é mais adequada que o conceito de região porque os limites do espaço regional não são fixos e estão constantemente se redefinindo.
- Constitui-se num espaço intermediário entre o nacional e o local, marcado pela polarização.
- Corresponde à espacialidade de uma relação social particular, supõe formações sociais anteriores e configura-se como o suporte natural de um processo social.
- Subtende uma relação espacial e econômica, e constitui-se num bem superior coletivo, indivisível e fora do mercado.

Segundo Perrin (1974:32-33), a organização regional caracteriza-se por dois conjuntos de propriedades: as quantitativas que dizem respeito às economias de aglomeração e as qualitativas, porque agrupa institutos de pesquisa, serviços superiores e criações culturais; o quadro regional é o mais apropriado à gestão coletiva do meio de vida e do progresso econômico e viabiliza a melhoria da distribuição espacial da atividade econômica, na medida em que o excesso de concentração econômica das regiões foco, gera gastos com trânsito e poluição, entre outras coisas, anulando as vantagens iniciais da aglomeração, configurando-se então as chamadas deseconomias.

Por outro lado, o funcionamento da economia regional está apoiado, segundo Ablas (1973: 66-67) em três tipos de atividades:

- as exportadoras, que são geograficamente determinadas, motoras e ligadas a vantagens comparativas;
- as produtoras de bens e serviços finais para o mercado regional, que ampliam os efeitos das atividades exportadoras e distribuem renda na região;
- as produtoras de bens intermediários para atendimento das duas anteriores.

Ainda segundo ABLAS, o funcionamento do sistema de produção regional se caracteriza por dois fluxos, cada um dos quais se difundindo num meio diferente: um fluxo de compras, entre as empresas componentes da economia regional, cujo meio é caracterizado

pelas ligações intersetoriais e que é tanto mais importante quanto mais ricas forem essas mesmas ligações; e por um fluxo de renda, que se refere aos valores adicionados nos três grupos de atividades e que aparecem sob a forma de remuneração dos fatores de produção.

O meio desse fluxo de renda é constituído pela estrutura de consumo das famílias da região em ligação com a distribuição de renda ou o chamado circuito regional; cada um desses fluxos tem características próprias e de seu dinamismo em assimilar e multiplicar os efeitos da demanda externa é que se vai determinar as possibilidades de desenvolvimento da região considerada.

Ainda segundo o mesmo autor, no momento da elaboração do estudo em questão (1973), a teoria do desenvolvimento econômico regional estava num estágio inicial e que seria preciso conhecer

as características de uma região no que diz respeito às condições de difusão, dentro de sua economia, dos efeitos provenientes de seu exterior. E essa compreensão será atingida no momento em que se tiver um bom conhecimento dos dois meios de difusão presentes na economia regional: as ligações intersetoriais e o mecanismo do circuito regional (ABLAS, 1973:68).

É importante lembrar ainda, que os estudos regionais, muito freqüentes na década de 70, foram escasseando, à medida que fracassavam as ações de planejamento com vistas à correção dos desníveis de desenvolvimento, tanto entre os países como em seu interior e também na medida em que avançava o processo de globalização, parecendo transformar o mundo numa grande aldeia, em que a organização regional perderia significado, com a homogeneização de valores, normas, padrões de conduta e do próprio desenvolvimento.

Entretanto, parece que os fatos desenrolaram-se exatamente no sentido oposto, ou seja, a globalização, fenômeno tão decantado, ainda defendido e também num certo sentido, irreversível (como a comunicação mundial on-line), por exemplo, mas deixando de promover o desenvolvimento entre os vários países do mundo, e pelo contrário, até aprofundando os problemas de subdesenvolvimento, na medida em que muitos pretendiam a livre circulação de mercadorias e de capitais, principalmente, como uma via de mão única.

Finalmente, resta comentar a Teoria da Base Econômica Regional, uma das opções possíveis para o estudo de uma região, segundo Schickler (HADDAD, 1974: 7-51), que diferencia as atividades econômicas de uma área em básicas (ou não-locais), que produzem bens e serviços para os não-residentes, sob a forma de exportação e as não-básicas (ou locais), que geram bens e serviços para uso dos residentes; a mesma classificação pode ser aplicada ao emprego como unidade de medida. Ambos então, bens e serviços ou empregos básicos, constituem-se numa variável autônoma dentro do sistema, representando a exportação regional, traço distintivo da estrutura econômica de certa área e que reflete o ajustamento da produção às vantagens naturais e adquiridas; assim, renda e emprego são explicados por forças exteriores à área, porque crescendo a demanda, o setor básico oferece mais empregos e isso expande a procura por bens e serviços locais e como os dados sobre a renda são mais difíceis de obter, o emprego é usado como variável-imagem da renda.

Isso apesar de algumas restrições, como a de que a mesma renda pode ser gerada por quantidades diferentes de pessoas empregadas; que o emprego não reflete o aumento de

produtividade de mão-de-obra e de que o número de pessoas empregadas para dado nível de renda depende das taxas de salários locais.

De qualquer forma, ainda segundo Schickler (HADDAD, 1974:44), um dos instrumentos mais usados nos trabalhos empíricos sobre a questão do crescimento regional é o quociente locacional, que mede a concentração de uma certa atividade numa determinada área, em relação à distribuição dessa atividade num espaço geográfico que abrange a primeira, podendo-se tomar a nação como área de referência, mas não necessariamente.

Usando-se a variável emprego, o quociente locacional é assim expresso:

$$\frac{S_i}{N_i} \text{ ou } \frac{S_i}{S} \quad (1)$$
$$\frac{S}{N} \quad \frac{N_i}{N}$$

Onde:

S_i - corresponde ao emprego na atividade “i” da região;

S - corresponde ao emprego total na região;

N_i – corresponde ao emprego na atividade “i” para a nação ou área de referência;

N - corresponde ao emprego total da nação ou área de referência.

Quando o quociente é maior que a unidade, significa que a atividade “i” está mais concentrada na região, em relação à distribuição dessa atividade no espaço de referência; quanto maior o quociente, mais especializada é a região na atividade “i” e valores maiores que a unidade para esse quociente, indicam atividades exportadoras; estima-se assim, que o emprego regional básico corresponde às atividades em que ele for calculado e achado superior a “um”, ou seja, atividades básicas que produzem bens e serviços para uso não-local (exportadoras) e que estimulam crescimento das atividades não-básicas, que geram bens e serviços para uso dos residentes.

Em função disso, usou-se a fórmula do quociente locacional para demonstrar que a atividade turística gera desenvolvimento regional, trabalhando-se com dados estatísticos em nível de municípios, porque os efeitos neles concentrados extrapolam para a região, porque há disponibilidade de dados e pela recomendação de que a teoria tende a ser mais válida, quanto menor a região considerada. Isso, sem contar que a cidade concentra a função de polarização em torno da qual se define a organização regional.

Entretanto, ainda segundo Schickler (HADDAD, 1974: 27), à Teoria da Base Econômica estão associadas algumas restrições, como a de só considerar o lado da demanda, explicando-a a partir de variações autônomas nas exportações, sobre a qual a região não tem poder algum; isso implica em que os recursos da região estejam parcialmente desempregados ou ineficientemente distribuídos, ou então o aumento das exportações estaria acarretando uma queda nas atividades não-básicas, ao contrário do afirmado pela própria teoria.

O mesmo autor comenta que a avaliação do crescimento econômico supõe então análise também do lado da oferta, num processo sustentado de ampliação do produto total e que supõe: o aumento do estoque e da qualidade dos recursos naturais e humanos, a acumulação de capital e o investimento em inovações tecnológicas, ampliando-se assim a possibilidade de produzir mais bens locais e de exportação. E isso foi levado em consideração no desenvolvimento desta pesquisa, como se descreve a seguir.

3 A PESQUISA

O universo da pesquisa constitui-se no Estado de São Paulo e para a área de referência foram escolhidas três abrangências: Região de Governo, Região Administrativa além do próprio Estado de São Paulo; já os municípios, foram divididos em dois grupos: um de especialização turística, definido a partir de pesquisa anterior (AULICINO, 2001) e outro de controle, diferenciado pela ausência de atividade turística e definido a partir de uma população equivalente, de uma Região de Governo diferente e por aproximação em termos de: paisagem, acesso e distância em relação à Capital do Estado de São Paulo.

Na escolha das variáveis, além dos empregos ocupados em hotéis, que se constitui no elemento central da pesquisa, buscou-se dados que confirmassem a condição de especialização turística dos municípios, como o número de residências secundárias, e a quantidade de hotéis e de unidades habitacionais, estas duas últimas também consideradas como indicadores do crescimento da oferta, numa série de tempo, ao lado dos dados de população. Foram pesquisadas também, outras variáveis, relativas: aos níveis de arrecadação, ao valor adicionado e ao consumo de energia elétrica; os dados foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE e GUIA BRASIL, da Editora Abril, sempre para o ano de 2000, com algumas exceções.

Como instrumentos de pesquisa, além do quociente locacional, trabalhou-se com índices per capita e uma série de tempo, entre 1995 e 2000, para população, hotéis e unidades habitacionais, aqui especialmente para demonstrar que o crescimento da demanda foi acompanhado também de expansão no lado da oferta.

Os pares de municípios escolhidos foram os que seguem abaixo, sendo que o primeiro deles de cada uma das duplas, corresponde ao município de especialização turística, enquanto o segundo, corresponde ao município contraste.

1. Águas de Lindóia – Aguaí
2. Águas de S. Pedro – Santa Cruz da Conceição
3. Campos do Jordão – Cruzeiro
4. Caraguatatuba – Caçapava
5. Ilhabela – Paraibuna
6. Itanhaém – Registro
7. Peruíbe – Piedade
8. São Sebastião – Lorena
9. Ubatuba – Guaratinguetá

4 RESULTADOS

A partir então de três variáveis escolhidas: unidades habitacionais, hotéis e residências secundárias, sempre na expressão “per capita”, os dois conjuntos de municípios foram predominantemente diferenciados pela presença ou não da atividade turística, apesar de algumas restrições.

No caso ainda dos hotéis e das residências secundárias, foi aplicada também, a fórmula do quociente locacional, nas três abrangências escolhidas: Região de Governo, Região Administrativa e Estado de São Paulo, confirmando-se a concentração dessas mesmas variáveis e portanto a condição de especialização turística dos municípios assim agrupados, embora tenham se destacado do lado dos contrastes: Santa Cruz da Conceição, Paraibuna e Piedade, com índices significativos também nas três e demonstrando, nesse caso a presença de fluxos turísticos de alguma natureza. Pela questão dos limites intrínsecos ao tamanho de um artigo, as tabelas correspondentes a esses dados não serão apresentadas aqui, mas encontram-se disponíveis para consulta em AULICINO, (2004: 158-159).

Chega-se então ao cerne da pesquisa, que constatou que o turismo pode-se constituir em fator de desenvolvimento regional, porque atividade básica a estimular outras atividades não-básicas, a partir da aplicação e dos resultados do quociente locacional, em dados de empregos ocupados em hotéis (última coluna, da esquerda para a direita), mas também no comércio, nos serviços, na indústria e demais empregos ocupados (agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca), em que os principais resultados são apresentados a seguir, destacando-se os valores maiores que a unidade.

Tabela 1 Quociente locacional dos empregos ocupados

	Demais Empregos Ocupados	Empregos Ocupados no Comércio	Empregos Ocupados nos Serviços	Empregos Ocupados Industria	Empregos ocupados nos Hotéis
Estado de São Paulo					
Águas de Lindóia / Estado	0,5518	0,8479	1,1216	0,9258	55,4129
Águas de Lindóia/Região de Governo de Bragança Paulista	0,2868	0,8284	1,3251	0,8101	11,5464
Águas de Lindóia/Região Administrativa de Campinas	0,4004	0,7868	1,4526	0,6986	45,2406
Aguai / Estado	5,9668	1,1060	0,4354	1,2950	0,0853
Aguai/Região de Governo de São João da Boa Vista	1,0123	0,9799	0,7135	1,3396	0,1081
Aguai/Região Administrativa de Campinas	4,3293	1,0263	0,5639	0,9771	0,0696
Águas de São Pedro / Estado	0,2561	0,5664	1,6346	0,1786	26,0155
Águas de São Pedro/Região de Governo de Piracicaba	0,2724	0,4793	2,1424	0,1331	17,4119
Águas de São Pedro/Região Administrativa de Campinas	0,1858	0,5256	2,1170	0,1348	21,2397
Santa Cruz da Conceição / Estado	13,0916	0,3514	0,4042	0,8035	0,0000
Santa Cruz da Conceição/Região de Governo de Limeira	6,1827	0,3379	0,6432	0,5315	0,0000
Santa Cruz da Conceição/Região Administrativa de Campinas	9,4987	0,3261	0,5235	0,6063	0,0000
Campos do Jordão / Estado	0,1997	1,3477	1,2627	0,4183	17,7956
Campos do Jordão/Região de Governo de Taubaté	0,3176	1,2580	1,3369	0,3758	6,6776
Campos do Jordão/Região Administrativa de São José dos Campos	0,3023	1,1824	1,4324	0,3529	6,9474
Cruzeiro / Estado	0,5154	1,3253	0,6127	1,5965	0,9630
Cruzeiro/Região de Governo de Cruzeiro	0,2713	1,1148	0,8980	1,1788	0,9507
Cruzeiro/Região Administrativa de São José dos Campos	0,7800	1,1628	0,6950	1,3469	0,3759

Caraguatatuba / Estado	0,0335	1,9020	1,1353	0,3522	4,2355
Caraguatatuba/Região de Governo de Caraguatatuba	0,2699	1,1355	0,8961	1,5429	0,3890
Caraguatatuba/Região Administrativa de São José dos Campos	0,0506	1,6687	1,2879	0,2971	1,6536
Caçapava / Estado	0,8083	1,0856	0,6642	1,6009	1,3035
Caçapava/Região de Governo de São José dos Campos	1,7938	1,0285	0,8342	1,1250	1,3287
Caçapava/Região Administrativa de São José dos Campos	1,2230	0,9525	0,7534	1,3506	0,5089
Ilhabela / Estado	0,0126	1,8297	1,2886	0,1126	22,5439
Ilhabela/Região de Governo de Caraguatatuba	0,1017	1,0923	1,0170	0,4933	2,0707
Ilhabela/Região Administrativa de São José dos Campos	0,0191	1,6053	1,4618	0,0950	8,8011
Paraibuna / Estado	3,1953	0,4140	1,3696	0,3514	2,0725
Paraibuna/Região de Governo de São José dos Campos	7,0917	0,3922	1,7202	0,2469	2,1125
Paraibuna/Região Administrativa de São José dos Campos	4,8351	0,3632	1,5536	0,2964	0,8091
Itanhaém / Estado	0,5249	1,8733	1,0876	0,3894	1,3063
Itanhaém/Região de Governo de Santos	2,8314	1,5697	0,8649	0,7473	0,7794
Itanhaém/Região Administrativa de Santos	2,8314	1,5697	0,8649	0,7473	0,7794
Registro / Estado	3,7826	1,8534	0,7429	0,5877	1,9943
Registro/Região de Governo de Registro	0,6675	1,4142	0,8853	1,2626	0,9683
Registro/Região Administrativa de Registro	0,6675	1,4142	0,8853	1,2626	0,9683
Peruibe / Estado	0,5260	2,0074	1,0847	0,3156	4,7867
Peruibe/Região de Governo de Santos	2,8377	1,6820	0,8627	0,6057	2,8560
Peruibe/Região Administrativa de Santos	2,8377	1,6820	0,8627	0,6057	2,8560
Piedade / Estado	0,9415	0,3250	1,6308	0,2322	0,3373
Piedade/Região de Governo de Sorocaba	1,2145	0,3252	1,9574	0,1731	0,3376
Piedade/Região Administrativa de Sorocaba	0,3978	0,3206	2,0582	0,1956	0,3547
São Sebastião / Estado	0,2200	1,3503	1,4165	0,1279	10,8636
São Sebastião/Região de Governo de Caraguatatuba	1,7734	0,8062	1,1180	0,5605	0,9979
São Sebastião/Região Administrativa de São José dos Campos	0,3328	1,1847	1,6069	0,1079	4,2411
Lorena / Estado	1,1866	1,3105	0,8389	1,0909	1,2957
Lorena/Região de Governo de Guaratinguetá	0,7775	1,0509	0,9195	1,1554	0,3454
Lorena/Região Administrativa de São José dos Campos	1,7956	1,1498	0,9516	0,9203	0,5058
Ubatuba / Estado	0,1416	1,7565	1,2345	0,2383	14,9735
Ubatuba/Região de Governo de Caraguatatuba	1,1414	1,0487	0,9744	1,0437	1,3754
Ubatuba/Região Administrativa de São José dos Campos	0,2142	1,5411	1,4004	0,2010	5,8456

Guaratinguetá / Estado	1,9539	1,3076	0,8681	0,9313	2,3588
Guaratinguetá/Região de Governo de Guaratinguetá	1,2803	1,0485	0,9514	0,9864	0,6287
Guaratinguetá//Região Administrativa de São José dos Campos	2,9566	1,1472	0,9847	0,7857	0,9209

Como se pode constatar pelos resultados, praticamente todos os municípios de especialização turística apresentaram resultados maiores que a unidade no índice de empregos ocupados em hotéis, nas três abrangências consideradas, e em alguns casos, bem superiores a isso, como Águas de Lindóia, Águas de S. Pedro e Campos do Jordão; confirmou-se então o grau de concentração da atividade turística, a gerar desenvolvimento regional, pelos empregos gerados num bem ou produto característico do turismo, como é o caso dos hotéis. Entretanto, mais uma vez, não se conseguiu isolar completamente esse efeito, constatando-se resultados favoráveis também para alguns contrastes e também no caso dos empregos ocupados no setor de serviços, os resultados apresentaram-se de forma semelhante, ou seja, favorecimento para os municípios de especialização turística e também para alguns contrastes. Por outro lado, não foi esse o caso dos empregos ocupados no comércio, a partir dos quais não se conseguiu estabelecer nenhum grau de diferenciação para os dois grupos.

5 VARIÁVEIS DO LADO DA OFERTA: 1995-2000

Vai-se agora proceder à apresentação de uma série de tempo, com vistas a complementar-se a análise, compensando-se uma das restrições apontadas para a Teoria da Base Econômica Regional, de só considerar o lado da demanda; nesse sentido, foram coletados dados em dois momentos, sobre tamanho da população e quantidade de hotéis e que são apresentados a seguir.

Tabela 2 Crescimento da população

Município de especialização turística	População em 1995	População em 2000	Percentual de crescimento	Contraste	População em 1995	População em 2000	Percentual de crescimento
Águas de Lindóia	13 814	16145	16,87	Aguai	25 512	28145	10,32
Águas de S. Pedro	1772	1881	6,15	Sta. Cruz da Conceição	3191	3525	10,46
Campos do Jordão	40074	44178	10,24	Cruzeiro	70856	73444	3,65
Caraguatatuba	63880	78628	23,08	Caçapava	70255	76027	9,24
Ilhabela	16596	20752	25,04	Paraibuna	15871	16988	7,03
Itanhaém	56882	71694	26,03	Registro	50970	53704	5,36
Peruíbe	40370	51237	26,91	Piedade	46352	50065	8,01
S. Sebastião	43777	57745	31,90	Lorena	73848	77914	5,50
Ubatuba	55233	66644	20,65	Guaratinguetá	97696	104101	6,55

Neste caso, todos os municípios incluídos na pesquisa registraram crescimento populacional no período em questão, mas o crescimento daqueles de especialização turística foi sempre maior que o de seus contrastes, com exceção de Águas de S. Pedro, o menor do Estado e com sérias restrições em termos de espaço físico. A seguir apresenta-se uma tabela com dados dos hotéis

Tabela 3 Hotéis em 1995 – 2000

Municípios de especialização turística	Hotéis 1995	Hotéis 2000	Percentual de crescimento	Contrastes	Hotéis 1995	Hotéis 2000	Percentual de crescimento
--	-------------	-------------	---------------------------	------------	-------------	-------------	---------------------------

			O				O
Águas de Lindóia	26	25	- 9,61	Aguai	Zero	1	100,0
Águas de S. Pedro	14	15	7,14	Santa Cruz da Conceição	Zero	Zero	Zero
Campos do Jordão	62	84	35,48	Cruzeiro	6	8	33,33
Caraguatatuba	22	33	50,0	Caçapava	6	9	50,0
Ilhabela	25	42	68,0	Paraibuna	1	6	600,0
Itanhaém	9	13	44,44	Registro	8	8	Nenhum
Peruibe	23	31	34,78	Piedade	5	7	40,0
S. Sebastião	56	92	64,28	Lorena	7	8	14,28
Ubatuba	67	87	29,85	Guaratinguetá	11	14	27,27

Como se pode constatar, todos os municípios de especialização turística apresentaram crescimento em termos de meios de hospedagem, com exceção de Águas de Lindóia que diminuiu uma unidade; entretanto, também entre os contrastes registrou-se um crescimento, com exceção de Registro que manteve a mesma capacidade de hospedagem e destacando-se Paraibuna, que passou de um para seis estabelecimentos hoteleiros, a demonstrar, inclusive por outros dados constatados, sua vinculação a fluxos turísticos de alguma natureza.

6 CONCLUSÃO

Este texto teve como principal objetivo demonstrar a possibilidade da atividade turística constituir-se fator de desenvolvimento regional; para isso, resgatou colocações e conceitos pertinentes à questão e ao desenvolvimento regional, destacando a Teoria da Base Econômica Regional, que por meio do Quociente Locacional viabiliza a aferição de resultados passíveis de confirmação ou não a hipótese definida, ou seja, que o turismo constitui-se em atividade básica a estimular atividades não-básicas, em nível de municípios, mas que extrapolam para o entorno.

A pesquisa foi desenvolvida com dados do Estado de São Paulo, principalmente para o ano de 2000, com dados colhidos junto ao IBGE, SEADE e GUIA BRASIL, para dois conjuntos de municípios diferenciados em princípio pela presença da atividade turística e a partir de variáveis que constatassem tanto a vinculação a fluxos turísticos, como a geração de empregos em hotéis e mesmo crescimento da população e de meios de hospedagem.

Em conclusão do pesquisado e aqui parcialmente exposto, é válido afirmar-se que a atividade turística pode se constituir em fator de desenvolvimento regional, porque os resultados foram favoráveis para os municípios de especialização turística, a partir dos parâmetros fixados, embora não se tenha conseguido isolar completamente os efeitos dessa atividade, mais pelo fato de alguns dos contrastes aproximarem-se daqueles de especialização turística.

A atividade turística gera emprego e conseqüentemente arrecadação para os municípios, influenciando seu papel polarizador como cidade, fazendo crescer a população e portanto, gerando desenvolvimento regional.

O texto aqui apresentado, constitui-se praticamente no resumo de uma pesquisa desenvolvida como exigência parcial do programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; constituiu-se numa primeira aproximação com a problemática envolvendo o turismo e o desenvolvimento regional e foi muito audacioso, tanto porque tentou resgatar o papel da questão regional, em tempos da tão comentada globalização, como por sua

natureza interdisciplinar, na medida em que pelo tema interessam-se pesquisadores de diferentes áreas como: a Economia, a Geografia, e o Planejamento Urbano, entre outras.

De uma forma ou de outra, entretanto, os resultados mostraram-se significativos, dentro dos parâmetros, limites e restrições intrínsecos a qualquer pesquisa, demonstrando-se que o turismo pode ser fator de desenvolvimento regional, e certamente estimulando-se a ampliação e diversificação de pesquisas futuras nesse sentido.

5 REFERÊNCIAS

Ablas, L.A.Q. Alguns Aspectos do Desenvolvimento Econômico Regional. Planejamento e Conjuntura. Boletim Técnico de Análise Econômica. São Paulo, n.69, outubro,1973, Assessoria de Pesquisa Econômicas. Coordenadoria de Planejamento. Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo.

Aulicino, M. P. 2001. Alguns impactos sócio-econômicos do turismo sobre municípios paulistas. São Paulo:Futura.

Aulicino, M. P. 2001. 2004. Turismo e desenvolvimento regional: um ensaio de operacionalização no Estado de São Paulo. São Paulo: ECA/USP, 324 p.

Boudeville, J. 1972. Aménagement du Territoire et Polarisation. Paris: Editions M.-TH.Gênin.

Christaller, W. 1964. Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions, under-developed countries, recreation areas. Papers of the Regional Science Association, 12:95-105.(3rd.Lund European Congress, Lund, Sweden, 1963).

Coraggio, J.L. 1980. On Social Spaceness and the Concept of Region. (Towards a materialist approach to regional analysis). Paper to be presented at the First World Regional Science Congress, Cambridge. Massachussets.

Fremont, A. 1980. A Região, Espaço Vivido. Coimbra: Livraria Almedina.

GUIA Quatro Rodas Brasil. Editora Abril. Anos:1995 e 2000.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Kayser, B. 1968. A região como objeto de estudo da Geografia, KAYSER et alii. A Geografia Ativa. 2ª ed. São Paulo: DIFEL.

OMT – Organização Mundial do Turismo. 1999. Conta Satélite do Turismo (CST). Quadro Conceptual. Madrid, Espanha: Organização Mundial do Turismo.

Perrin, Jean Claude. 1974. Le Développement Regional. Paris: Presses Universitaires de France.

Rochefort, M. 1998. Redes e Sistemas. Ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec.



Schickler, S.. A Teoria da Base Econômica Regional: Aspectos Conceituais e Testes Empíricos. HADDAD, Paulo Roberto. 1974. Planejamento Regional: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Pesquisas. IPEA/INPES. Monografia n.8.

Sites pesquisados

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. WWW.seade.gov.br

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. WWW.ibge.gov.br

Johnson, L. W. (1990) Discrete Choice Analysis with Ordered Alternatives, in M. M. Fisher, P. Nijkamp e Y. Y. Papageorgiou (eds.), **Spatial Choices and Processes**, North Holland, Amsterdam.